

**Desenvolvimento de um Sistema Computacional como Ferramenta de Apoio na Gestão
da Avaliação Institucional**

**Edna Satiko Eiri Trebien
Alexandre Manoel dos Santos
Marcos Jesus de Oliveira Nielsen**

RESUMO

Avaliação no cerne da discussão em ambiente educacional está enraizada nas mais diversas concepções, desde que se institucionalizou o ensino. Também as formas de dar respostas e legitimar as ações no seu entorno levam à adoção de instrumentos que possam de alguma forma retratar essa realidade, como por exemplo, transformar em valores quantitativos que possam servir de subsídios para uma análise qualitativa. O desenvolvimento desses instrumentos, mais eficientes, torna-se imprescindível quando se leva em conta o volume de informações a serem processadas e armazenadas para a formação de base de dados permanente para a formação da própria história. O sistema computacional desenvolvido integra esse ambiente de implementação de todo o processo de Avaliação Institucional da UniuV, como uma solução eficaz, permitindo capacitar a equipe da CPA com dados qualitativos e quantitativos, transformando em conhecimento organizacional pela sua historicidade. Atua não como um fim em si, mas como uma ferramenta de apoio da gestão da avaliação promovido pela instituição, devendo ser constantemente revisto e atualizado como produto de software em uso.

Palavras-Chave: Avaliação Institucional. Software de Avaliação. Processo de Avaliação.

1 INTRODUÇÃO

A palavra avaliar, conforme o dicionário Aurélio, significa calcular, estimar, computar, bem como, reconhecer a grandeza, a intensidade, a força de, determinar a valia ou o valor, fazer a apreciação de causas, assim também o termo, avaliação, significa o valor determinado pelo avaliador, remetendo a pensar em números, valores calculáveis, computáveis. Essa forma de avaliação cifrável, em uma primeira análise, parece distante de uma avaliação baseada em observações empíricas, medidas e padrões de qualidade, reforça a dicotomia entre qualidade e quantidade.

O ato de dar valor a alguma coisa demonstra que não é uma ação neutra, implica transformar a realidade em cifras. Levando em conta essa não neutralidade, interessa na avaliação o compromisso com o questionamento, com a crítica, com a expressão do pensamento divergente e a explicitação no plano das teorias, da epistemologia e dos métodos de investigação, portanto, concebida como uma atividade complexa, um processo sistemático de identificação de mérito e valor que envolve diferentes momentos e diversos agentes. Essa concepção implica assumi-la como um processo (MEC, 2006).

Pretende-se, nesse contexto, apresentar o processo de avaliação institucional conduzido na Faculdade da Cidade de União da Vitória-FACE, recentemente transformada em Centro Universitário de União da Vitória-UniuV, em 2006, que tem sido historicamente ampliada desde 1998. Para proporcionar condições concretas de evolução da sociedade regional, nos campos científico, técnico e cultural, a UniuV instituiu uma comissão própria de avaliação

(CPA) para garantir efetividade na sua realização, institucionalização do processo de avaliação sistemática, e de cunho participativo, que passará, ao longo dos anos, a ser parte integrante e natural de todas as suas atividades.

Essa comissão colocou como condição primordial e necessária para a realização o desenvolvimento de uma solução computacional que apoiasse todo o processo e principalmente para a formação da Base de Dados histórica, uma necessidade premente pelo volume de dados estimado. Esse trabalho tem como objetivo mostrar o Sistema Computacional desenvolvido a partir dessa necessidade, fornecendo subsídios para a análise dos resultados da avaliação.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Passando em revista a discussão sobre o conceito de se valorar qualquer atividade com conseqüências como a educação e formação de pessoas tem que se admitir a variedade de concepções sobre o que é o próprio conceito de avaliação e o conceito sobre o que é qualidade a as dimensões desses pontos de vista.

Perrenoud (1999) disse que a avaliação não é uma tortura medieval. É uma invenção mais tardia, nascida com os colégios por volta do século XVII e tornada indissociável do ensino de massa que conhecemos desde o século XIX, com a escolaridade obrigatória. Mais adiante diz que a avaliação é tradicionalmente associada, na escola, à criação de hierarquias de excelência em função da distribuição dos resultados e a essa lógica acrescenta a da avaliação formativa, menos seletiva, menos precoce, mais integrada à ação cotidiana.

Para Sant'Anna (2002), avaliar é ver se valerá a pena! Ver se vale a pena! Ver se valeu a pena! Avaliar não é rotular alguma coisa e muito menos alguém! Avaliar é atribuir um valor! Para o Ministério da Educação(MEC) (2006), avaliação é um exame sistemático do grau em que um produto, processo ou serviço atende aos requisitos especificados. Explícita também a Avaliação de Terceira Parte ou Independente como a avaliação feita por pessoa ou organismo reconhecido como independente das partes envolvidas.

A discussão sobre avaliação não é recente, ela esteve presente desde a Idade Média em corporações de alunos e professores, o que há de novo nessa discussão não é sua necessidade ou importância, mas a questão de como essa avaliação está ou deveria estar sendo feita, quem avalia, e quais as conseqüências nos processos de avaliação (GIANCATERINO, 2006).

Portanto, a avaliação é um processo de descoberta e autodescoberta, que deve ser adotada por toda instituição que tenha em sua missão o reconhecimento e a legitimidade de suas ações, devendo ser continuamente revista e aplicada, alcançando espaços cada vez maiores em sua estrutura organizacional.

Na Conferência Mundial sobre Educação Superior em 2003, o então ministro Cristovam Buarque, falando sobre o caso das Universidades Brasileiras enfatiza que:

A criação de um sistema de avaliação foi um dos avanços do conjunto das universidades brasileiras, embora, nos últimos anos, esse sistema tenha sido ainda imperfeito e incompleto. A reorganização das universidades brasileiras vai exigir a formulação de um novo sistema de avaliação, que permita muito mais do que classificá-las como em um campeonato. O objetivo desse novo sistema deverá ser identificar as qualidades e os pontos fracos das universidades, a fim de capacitá-las a desempenhar o papel que a sociedade delas espera. (UNESCO BRASIL, 2003).

Uma Instituição de Ensino é uma organização transformadora de uma sociedade, portanto deve refletir sobre si mesma, sobre seu papel nesse contexto e sobre a maneira como ela se insere, com o fim de atingir os seus objetivos, portanto está sujeita a constantemente valorar as suas ações perante os agentes envolvidos. Essa valoração é inseparável do conceito de Universidade e de Sociedade que se deseja. A acreditação na aplicação de uma avaliação global de suas ações leva à discussão em torno de critérios e conceitos e na construção de

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

espaços de diálogo para que, de fato, a aplicação desse instrumento ganhe legitimidade. Nessa construção, os critérios qualitativos devem-se sobrepor aos quantitativos (CARTA DE UBERLÂNDIA, 2000).

Sobre a atual estratégia brasileira na avaliação do ensino superior, Hélio Trindade, presidente da CONAES, enfatiza que:

(...) se a crise atual da educação superior caracterizou-se, num determinado momento, como uma crise de expansão, hoje ela é, acima de tudo, uma crise de qualidade. Daí ser uma das prioridades do MEC implantar uma verdadeira e sólida cultura de avaliação, através do SINAES, que traga como resultado a melhoria da qualidade da educação superior, o que o "Provão" através da aferição do desempenho exclusivo dos estudantes, não conseguiu realizar (CONAES, 2006).

A Unesco (1998), no relatório final da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, ressalta a preocupação fundamental com a elevação do padrão de qualidade nas Instituições de Ensino Superior:

A qualidade em educação superior é um conceito multidimensional que deve envolver todas as funções e atividades da universidade, concretizadas nos objetivos da formação universitária, em quadros docentes qualificados para o cumprimento das missões da universidade, no ensino e programas acadêmicos, na pesquisa e no apoio à ciência, na realização de atividades de extensão, na infra-estrutura, representada por pessoal de apoio qualificado e adequado ao exercício das funções de apoio às tarefas acadêmicas, por edifícios, instalações laboratoriais, bibliotecas e equipamentos e pelo ambiente acadêmico em geral (UNESCO, 1998).

No entanto, na retórica da qualidade, Enguita (2002) põe em discussão o termo "qualidade" quando diz que essa problemática sempre esteve presente no mundo da educação e do ensino, mas nunca com esse grau de centralidade. Substitui a anterior problemática da igualdade e da igualdade de oportunidades. Diz também que o acesso a todo recurso escasso começa sempre por constituir um problema quantitativo para converter-se, posteriormente, quando a escassez já não é tanta, em uma questão qualitativa.

Também Colognese (2002) diz que para a comunidade acadêmica, a avaliação institucional é uma atitude criativa de autocrítica da Universidade, que evidencia a vontade de buscar a qualidade, em sintonia com as demandas e desafios da ciência e da sociedade.

Para Dias Sobrinho (2004), a avaliação institucional é, hoje, um dos temas de maior interesse e foco de conflitos no âmbito da educação superior. O interesse por ela não se deve somente a seu potencial de transformação qualitativa, de melhoramento pedagógico e de maior eficiência de gestão, como geralmente espera a comunidade acadêmica; com crescente impacto ela se impõe em função das exigências de regulação e de controle da educação superior pelo Estado.

O processo avaliativo que teve êxito e grande repercussão dentro e fora do Brasil é provavelmente o do CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), com um programa de avaliação da pós-graduação.

Segundo Colognese (2002), diferentes programas foram criados para a tentativa de avaliação institucional das instituições de ensino superior: PARU(Programa de Avaliação da Reforma Universitária), GERES(Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior), PAIUB(Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras) e por último o SINAES(Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior).

Ainda segundo ele, O PAIUB é um programa coordenado pelo MEC, que tem como objetivo estimular a adoção de processos qualificados de avaliação institucional em todas as IES(Instituição de Ensino Superior). A Avaliação Institucional no âmbito do PAIUB, abrange as diferentes dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão das IES. Constitui-se em processo de contínuo aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, do planejamento da gestão da instituição e de prestação de contas à sociedade.

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

No Decreto nº. 3.860, de 9 de Julho de 2001, o processo de avaliação institucional passa a ser explicitado como mecanismo de acompanhamento e verificação do PDI, devendo ser planejado a partir dos dados produzidos pela avaliação e assim verificado por ela (SINAES, 2004).

O SINAES foi construído a partir do trabalho da CEA (Comissão Especial de Avaliação) e foi instituído pela lei 10.861/2004, em 14 de abril de 2004, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior. Fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão de sua oferta. O novo sistema de avaliação SINAES abrange todas as instituições de educação superior em processo permanente e sua finalidade é formativa e construtiva (SINAES, 2004). Para a supervisão e coordenação do SINAES foi criada a CONAES (Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior). Segundo as diretrizes para a avaliação institucional tem-se que, o SINAES é composto de diferentes órgãos coordenadores e executores do processo avaliativo. A implementação do SINAES será de responsabilidade de todos os agentes envolvidos com educação superior no país, seja no governo, seja nas instituições, seja na sociedade em geral. As atribuições da CONAES incluem: coordenar o processo de avaliação articulado e coerente em âmbito nacional e, definindo seus respectivos prazos, garantir a integração e coerência dos instrumentos e práticas da avaliação; estabelecer diretrizes para o recrutamento e capacitação de avaliadores; analisar os relatórios de avaliação consolidados pelo INEP e, a partir desses, elaborar pareceres conclusivos, encaminhando-os às instâncias competentes; integrar os instrumentos de avaliação e de informação; promover seminários, debates e reuniões nas áreas de sua competência; estimular a formação de pessoal para as práticas de avaliação da educação superior; assegurar a qualidade e a coerência do SINAES (SINAES, 2004).

A CONAES foi designada pelo Presidente da República no artigo 6º da lei 10.861/2004 e estabelece que “A avaliação de instituições, de cursos e de desempenho de estudantes será executada conforme as diretrizes estabelecidas pelo CONAES e é vinculada ao Gabinete do Ministro de Estado da Educação. A CONAES é composta de treze membros: cinco especialistas em avaliação ou gestão universitária; três oriundos de organizações representativas dos segmentos universitários; e cinco representantes do MEC (CAPES, SESU; INEP; SEMTEC; SEED)” (SINAES, 2004).

Ao INEP foi concebida a responsabilidade pela operacionalização dos processos coordenados pela CONAES, cabendo-lhe implementar as deliberações e proposições no âmbito da avaliação da educação superior, bem como produzir relatórios pertinentes para o parecer conclusivo a ser emitido pela CONAES que os encaminhará aos órgãos competentes. Para que as avaliações sejam executadas será necessário que as instituições de ensino criem as CPA. A CPA deve contar na sua composição, com a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e, também, da sociedade civil organizada, ficando a critério dos órgãos colegiados superiores da instituição as definições quanto ao seu modo de organização, quantidade de membros e dinâmica de funcionamento (SINAES, 2004).

Seguindo esse pensamento global rumo à qualidade educacional, a Associação Internacional das Universidades declarou em 1998 como uma das recomendações que as instituições de educação superior adotem medidas ativas para garantir a qualidade do processo de internacionalização, usando a competência existente na avaliação da qualidade desenvolvida por várias organizações (UNESCO, 2003).

A questão da avaliação está explicitada na nova LDB como pilar essencial da educação superior, consolidando a necessidade dos processos de avaliação, seja no que diz respeito à orientação das diretrizes políticas visando à melhoria do ensino e para a qualidade, seja quanto à definição de ações de acreditação do sistema de ensino superior pelos órgãos competentes, qual seja, avaliar para supervisão e controle pelo estado (LDB, 1996).

Quanto à incumbência dos governos em vários níveis, sobre avaliação e acreditação a LDB estabeleceu de forma direta a responsabilidade da União em seu artigo 9º e no parágrafo terceiro desse inciso a abertura para a descentralização, delegando responsabilidades aos Estados e ao Distrito Federal (SINAES, 2004).

3 MÉTODO

Num processo de avaliação que pretenda definir ações visando à melhoria da gestão organizacional, os critérios qualitativos devem se sobrepor aos critérios quantitativos. Os critérios qualitativos servem para fornecer uma leitura do que acontece nas instituições observando as particularidades de cada uma.

Sempre se falou na avaliação qualitativa, mas sua colocação tornou-se mais insistente a partir do surgimento da pesquisa participante, embora se imagine de relevância extrema na realidade. Não há como fabricar uma taxa, um coeficiente, um índice de participação, porque não existe metro, um quilo ou um litro dela. Os critérios quantitativos servem muito bem para se fazer comparações. Ele tem a vantagem de ser palpável, visível, manipulável e por isso temos a impressão comum do que é mais importante na vida são os bens materiais, mas em determinadas situações da avaliação institucional são de pouca serventia para se fazer uma análise mais profunda (DEMO, 2002, p. 01).

O processo de avaliação institucional da Uniuiv baseou-se nos princípios descritos por Colognese (2002), quais sejam:

- a) Globalidade: O objetivo é avaliar a instituição como um todo e não partes ou níveis fragmentados da mesma. Ainda quando se prioriza ou começa a avaliação por partes da instituição, a sua análise sempre se fará em relação à instituição como um todo único;
- b) Impessoalidade: A avaliação institucional não toma como objeto de análise as pessoas como indivíduos. Isso significa que não há nenhuma intenção de julgamento individual de docentes, técnicos administrativos, alunos e ocupantes de cargos e funções do interior da instituição. Não são as pessoas que serão avaliadas, mas a estrutura, as práticas, as relações, os processos, os produtos e os recursos que contribuem ao saber;
- c) Não Punição e não Premiação: A avaliação institucional não tem como objetivo premiar ou punir, ela busca identificar os pontos fortes e fracos da instituição;
- d) Respeito à Identidade Institucional: A avaliação institucional precisa estar em relação dialética constante com o planejamento institucional e vice-versa;
- e) Credibilidade: A avaliação institucional somente se converte em instrumento para o planejamento da melhoria da qualidade, se for desenvolvida como competência técnica, correção ética e fidelidade nos dados e evidências utilizada. Sem credibilidade, a avaliação permanece como uma formalidade incapaz de motivar as pessoas para o seu exercício;
- f) Continuidade e Regularidade: A avaliação institucional não se reduz ao simples levantamento de dados, sua análise e a produção de um relatório final. Ela é um processo permanente de um conhecimento de si, a fim de alimentar o planejamento para a melhoria da qualidade. Esse processo requer continuidade e regularidade, para que se possibilite a comparação de dimensões e indicadores em diferentes momentos e de maneira constante no âmbito da instituição;
- g) Participação Descentralizada: A avaliação institucional não terá legitimidade se não houver um envolvimento direto e coletivo de toda a comunidade acadêmica em seus diferentes momentos. Essa participação coletiva só poderá ocorrer à medida que o processo for descentralizado;

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

h) Disposição para a Mudança: A relação entre a avaliação e planejamento institucional requer uma atitude de abertura para mudança, como condição para inovação e qualificação da vida acadêmica. A avaliação não tem um sentido em si, ela só faz sentido quando entendida como um instrumento permanente para alimentar o planejamento para a melhoria da qualidade.

A base de dados histórica das avaliações da UniuV até 2006 foi formada por uma base estática, isto é, documental e não digitalizada. Por exemplo, de 2000 a 2002, utilizou-se somente dos quesitos do “Provão” executados pelo MEC, como medida de avaliação. Em 2003, com o aumento dos cursos e seu objetivo de tornar-se um Centro Universitário, retomou a avaliação institucional como ferramenta de melhoria para a qualidade de ensino, fazendo inicialmente uma avaliação sistematizada para todo o corpo discente e semestralmente realizando entrevistas com os representantes dos centros acadêmicos e alunos de turmas selecionadas (UNIUV, 2004).

A nova concepção pretende dinamizar todo o processo, contando com ferramentas mais eficazes que possam contribuir para o gerenciamento da instituição, tendo o papel de instrumento de apoio e não de se sobrepor aos julgamentos de mérito (UNIUV, 2004).

Para garantir efetividade e a institucionalização do processo de avaliação sistemática, parte integrante e natural de todas as suas atividades, formando uma cultura organizacional de avaliação, a UniuV instituiu uma Assessoria de Planejamento para a elaboração do Projeto e Coordenação do Processo de Avaliação Institucional com a incumbência de conduzir toda a dinâmica do processo tendo como referência balizadora o próprio projeto de transformação da faculdade em centro universitário: sua concepção, seus objetivos e suas finalidades.

Este amplo programa de Avaliação Institucional foi realizado em várias etapas com a implementação dos subprojetos específicos:

1ª etapa – Subprojeto Criação de um Banco Central de Dados Básicos;

2ª etapa – Subprojeto Avaliação do Ensino de Graduação;

3ª etapa – Subproduto Avaliação da Estrutura Administrativa e Decisória;

4ª etapa – Subprojeto Avaliação da Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação;

A 5ª e última etapa, compreendeu a sistematização de todos os dados obtidos nas etapas anteriores sob forma de um relatório geral. Com essa estratégia, envolveu, positivamente, segmentos da área acadêmica e administrativa, no desenvolvimento das atividades avaliativas e na divulgação à comunidade interna e externa dos resultados obtidos.

Devido ao seu grande crescimento nos últimos anos, a UniuV com o objetivo de auxiliar e automatizar o processo de auto-avaliação desenvolveu o Sistema de Avaliação Institucional-SAI. É um sistema que auxilia todo o processo de análise dos resultados da avaliação, com a geração de avaliações sistematizadas para cada entidade do sistema. O sistema nos permite a análise de critérios selecionados pela CPA. Desenvolvido com caráter institucional, o sistema contribui para a melhoria e aperfeiçoamento da qualidade de análise de todo o processo.

O projeto de desenvolvimento foi conduzido com os seguintes objetivos:

- Reunir as informações de avaliações, em um Sistema Gerenciador de Banco de Dados, para o auxílio ao processo de gestão institucional;
- Manter histórico de todas as avaliações, para análise e reflexões futuras;
- Poder gerar rapidamente análises dos resultados da avaliação;
- Ter garantia de integridade nas informações da base de dados;
- Fazer comparativos entre as avaliações que já aconteceram;
- Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, por meio das avaliações e de análises dos resultados gerados pelo sistema, de forma contínua e sistematizada.

Para que isso fosse concretizado, seguiram-se os procedimentos e métodos da engenharia de software: coleta de dados, análise dos requisitos do cliente, planejamento do sistema,

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

planejamento do escopo do sistema, cronograma, execução do projeto, monitoração do progresso, e aplicação.

O projeto iniciou-se em abril de 2004, com o protótipo de modelo do banco de dados. O modelo foi desenvolvido de acordo com a avaliação institucional realizada no ano de 2003. Tendo em mãos o primeiro modelo de banco de dados, foi tomada a decisão de que o sistema seria construído com a linguagem de programação Visual Basic versão 6.0. Definiu-se também que seria utilizado o SQL Server 2000 como sistema gerenciador de banco de dados. Para a geração de relatórios optou-se pelo Crystal Report 8.5. As três ferramentas foram escolhidas por serem compatíveis e de fácil manuseio. Após essas decisões, foi iniciado o estudo ao acesso a dados com ADO. A tecnologia ADO apresenta um conjunto de objetos compactos, que permite inserir, deletar e atualizar dados, assim como consultar dados ou acessar um resultset, podendo também manipular várias fontes de dados mesmo em rede ou na internet (KOLLER, 2000, in NIELSEN, 2004).

O SAI foi desenvolvido em dois módulos em separado: o módulo SAI, com o qual os integrantes da CPA poderão gerar as avaliações para cada curso escolhido e o módulo AVALIAR, com que os acadêmicos avaliam a instituição.

Como a avaliação institucional não tem por objetivo a identificação do acadêmico e para que seja possível que o sistema saiba a qual turma ele pertence, o sistema gera uma chave de entrada que permite a identificação da turma e curso, mas, em momento algum, relacionará o avaliador com a pessoa que avalia. A chave gerada pelo sistema permite que apenas os acadêmicos avaliem os docentes pertencentes à turma de seu curso, um fator que demonstra a integridade do sistema. A chave possui comprimento de 17 caracteres, sendo que os cinco primeiros caracteres identificam o código da edição, os quatro seguintes identificam o código da turma e os outros oito dígitos, quatro alfanuméricos e quatro numéricos são gerados aleatoriamente, para evitar que pessoas não pertencentes a turma, que entendam a lógica das gerações de chaves, avaliem a instituição, garantindo a integridade dos dados armazenados. As regras de banco de dados fazem com que, em nenhum momentos as chaves geradas se repitam, fazendo com que o acadêmico avalie somente entidades relacionadas a sua turma (NIELSEN, 2004).

A interface principal para se ter acesso ao sistema admite apenas usuários autorizados.

O Gerenciador de avaliações é o formulário onde será cadastrada a avaliação, que permite consultar os dados pertencentes à avaliação. Nele se estabelecem os relacionamentos entre edições, os cursos participantes e entidades avaliadas, os critérios e as escalas. Permite cadastrar, consultar e alterar todas as entidades dimensionadas no Projeto de Avaliação Institucional.

A interface Gerador de Avaliação gera automaticamente avaliações selecionadas e permite que sejam analisadas avaliações já geradas.

A interface de entrada para o módulo Avaliar, permite o acesso somente de pessoas que possuam a chave correta gerada. Essa interface interage com o avaliador que responde à avaliação gerada pelo administrador do módulo SAI. Apresentam em seu interior as informações de a qual curso o avaliador pertence, que edição, entidades, critérios e escalas que estão sendo avaliados.

O relatório de avaliação respondido permite que seja feita a análise das respostas transformando os dados contidos na avaliação em informações gerenciais que irão auxiliar no processo de gerenciamento administrativo da instituição.

As interfaces do sistema obedecem às características de interfaces amigáveis ao usuário, visto que nem todas as pessoas que irão interagir com o sistema possuem as habilidades para uma navegação rápida. A edição do ano de 2006, a avaliação completa de todas as dimensões previstas foram computadas com um tempo médio de interação de 7 minutos por pessoa. Foram aplicadas em dois dias em dois laboratórios de informática com 20 máquinas cada,

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

monitorado pelos alunos treinados para orientar os respondentes. A avaliação externa e a avaliação dos egressos dos cursos, bem como a avaliação pelos professores, foram realizadas manualmente e depois alimentado o sistema pela CPA, para fazer parte da base de dados e integrar com a Base de Dados Central.

5 CONCLUSÃO

A operacionalização de todo o processo de Avaliação Institucional da Uniuiv atingiu os objetivos explicitados em seu PDI e contribuiu para reforçar o comprometimento de todos com os rumos da instituição.

Afonso (2000) refere-se à avaliação nas organizações como um instrumento fundamental em termos de gestão, particularmente na estruturação das relações de trabalho, no controle e legitimação de suas atuações, a Uniuiv, como uma organização na aculturação de suas ações e busca de acreditação, procurou instrumentalizar tecnologicamente, para responder eficazmente à sociedade na qual se insere e não se limitar ao seu espaço pedagógico.

O sistema computacional cumpriu com os objetivos propostos de ferramenta de auxílio na dinâmica de todo o processo de avaliação.

A próxima etapa será a evolução do software, inicialmente formatado em duas camadas, porém podendo adaptar-se para uso por meio da terceira camada ambientada na web. Ao adequar o software para a terceira camada, torna-o mais funcional e adequado à realidade atual de acesso a sistemas em ambientes virtuais. Conforme a recomendação do ministro da educação Tarso Genro, no manifesto da Unesco sobre avaliação, enfatizou que todas as instituições de ensino superior e todos os cursos de nível superior tenham suas páginas web, nas quais transmitam à sociedade não apenas os dados de seu funcionamento, mas os resultados e conteúdos de suas pesquisas, de modo a difundir o máximo possível o conhecimento junto a todos os interessados, sendo endossado pela Capes (CAPES, 2006).

Para instituições que não possuem a terceira camada, existe a possibilidade da criação de um sistema de avaliação móvel, em que se levaria as avaliações informatizadas para lugares onde não existe ainda acesso a web.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Almerindo J. **Avaliação Educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2000.
- BRASIL. LEIS E DECRETOS. **Lei nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB**. Brasília (DF). DO 23.12.1996.
- CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Objetivos e Componentes da Avaliação da Pós-Graduação**. Disponível em www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/10/Objetivos_Componentes_Avaliacao.htm. Acesso em 24 Set 2006.
- CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Manifesto da Unesco**. Disponível em www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/10/In_21122005S.htm. Acesso em 24 Set 2006.
- CARTA DE UBERLÂNDIA. **I Seminário de Avaliação Institucional**. Disponível em www.enecos.org.br/docs/cartaub.doc. Acesso 19 Set. 2006.
- COLOGNESE, Silvio A. **Avaliar para Planejar a Melhoria da Qualidade: Projeto de Avaliação Institucional da Unioeste**. Cascavel: Edunioeste, 2002. 65p.
- CONAES-Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Diretrizes para Avaliação das Instituições de Educação Superior**. Disponível em www.mec.gov.br/inep/publicações. Acesso em 10 Set. 2006.

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

- DAES-Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior. **Manual de Avaliação Institucional: Centros Universitários**. Versão preliminar. Brasília (DF): INEP, 2002.
- DEMO, Pedro. **Avaliação Qualitativa**. 7ª ed. Revista. São Paulo: Autores associados, 2002.
- DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação Institucional da Educação Superior**. Disponível em www.cape.ced.ufsc.br. Acesso 09 Set. 2006.
- ENGUIITA, Mariano F. **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: visões críticas**. In GENTILI, Pablo A. A. & SILVA, Tomaz Tadeu da. (orgs.). Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.
- GIANCATERINO, Roberto. **Avaliação no Ensino Superior: Institucional e de Aprendizagem**. Disponível em www.gestaouniversitaria.com.br/index.php. Acesso em 19 Set 2006.
- GONÇALVES FILHO, Francisco. **Enfoques Avaliativos em Revista: Concepções de Avaliação Institucional em Questão**. Disponível em www.anped.org.br. Acesso 10 Set. 2006.
- MEC-MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior: Diretrizes e Instrumentos**. Brasília (DF): MEC, 2006.
- MEC-MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação**. Brasília (DF): MEC, 2006.
- NIELSEN, Marcos J.O. **Sistema de Avaliação Institucional da FACE**. Monografia. União da Vitória (PR): FACE, 2004.
- PERRENOUD, Philipp. **AVALIAÇÃO: da Excelência à Regulação das Aprendizagens. Entre Duas Lógicas**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Art Médicas Sul, 1999.
- RODRIGUES, Ana Lúcia (org.). **Avaliação da UEM pela Comunidade Não-acadêmica**. Maringá (PR): UEM, 1999. 102p.
- SANT'ANNA, Ilza Martins. **PORQUE AVALIAR? COMO AVALIAR?: critérios e instrumentos**. 9ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.
- SGUISSARDI, Valdemar. (org.). **Avaliação Universitária em Questão: reformas do estado e da educação superior**. Campinas (SP): Autores Associados, 1997.
- SINAES-Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **SINAES: da concepção à regulamentação**. 2 ed. Ampliada. Brasília: INEP, 2004. 155 p.
- SINAES-Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições**. Brasília: INEP, 2004.
- SOARES, Maria Susana Arroza. **O Sistema de Avaliação do Ensino Superior no Brasil**. Disponível em www.aneca.es/comunic/docs/boletines/boletin06/docs06/casobrasil.pdf. Acesso em 10 Set. 2006.
- TRINDADE, Héliogio. **Avaliação e Autonomia Universitária**. Informativo CONAES. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/publicações>. Acesso 10 Set. 2006.
- UNESCO. **Conferência Mundial em Ensino Superior**. Paris: 1998. Disponível em www.iesalc.unesco.org.ue/datos_pais/estudios_pais.asp?. Acesso: 10 Set. 2006.
- UNESCO. **Educação para Todos: O Imperativo da Qualidade. Relatório Conciso**. Disponível em www.unesco.org/publishing. Acesso: 10 Set. 2006.
- UNESCO BRASIL. **Educação Superior: reforma, mudança e internacionalização; Anais da Segunda Reunião dos Parceiros da Educação Superior**. Paris: 2003. Disponível em www.unesco.org.br/publicacoes/livros/educasuperior/mostra_documento. Acesso: 10 Set. 2006.
- UNIUV-Centro Universitário de União da Vitória. **Projeto de Avaliação Institucional**. União da Vitória: FACE, 2004.